

Relação entre Risco Contingente e Suavização de Resultados: Uma Análise em Empresas Brasileiras do Setor de Bens Industriais

Autoria

Krislâne Maria Pereira Mesquita - kris_mesquita@ufg.br

Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis/PPGCONT / UFG - Universidade Federal de Goiás

Carlos Henrique Silva do Carmo - chscarmo@ufg.br

Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis/PPGCONT / UFG - Universidade Federal de Goiás

Ilirio José Rech - ilirio.jose@ufg.br

Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis/PPGCONT / UFG - Universidade Federal de Goiás

Ciências Contábeis / UFU - Universidade Federal de Uberlândia

Resumo

Este estudo buscou verificar a relação entre o risco contingente (proxy para o risco do reconhecimento incorreto das provisões e passivos contingentes) e a prática de suavização intencional de resultados em empresas brasileiras do setor de bens industriais listadas na B3. A amostra final foi composta por 30 empresas, analisadas durante o período de 2016 a 2020. Para mensurar a suavização intencional de resultados geral (SUAV1) e por accruals (SUAV2) foram utilizadas as medidas propostas por Lang et. al. (2012). O Índice de Risco Contingente (IRC), variável de interesse do estudo, representa a proporção do total de provisões em relação ao total de passivos contingentes, visto que empresas que possuem menor proporção de provisões em relação aos passivos contingentes podem estar sujeitas a um maior risco, decorrente da possível classificação incorreta de provisões como passivos contingentes. Os modelos foram estimados através de regressão múltipla para dados em painel com efeitos aleatórios e os resultados sugerem que há uma associação positiva entre o risco contingente e a SUAV1. Não foi encontrada relação significativa entre o IRC e a SUAV2. Os resultados contribuem com os diversos usuários da informação na compreensão da relação entre o risco contingente e o alisamento de resultados.

Relação entre Risco Contingente e Suavização de Resultados: Uma Análise em Empresas Brasileiras do Setor de Bens Industriais

Resumo

Este estudo buscou verificar a relação entre o risco contingente (*proxy* para o risco do reconhecimento incorreto das provisões e passivos contingentes) e a prática de suavização intencional de resultados em empresas brasileiras do setor de bens industriais listadas na B3. A amostra final foi composta por 30 empresas, analisadas durante o período de 2016 a 2020. Para mensurar a suavização intencional de resultados geral (SUAV1) e por *accruals* (SUAV2) foram utilizadas as medidas propostas por Lang *et. al.* (2012). O Índice de Risco Contingente (IRC), variável de interesse do estudo, representa a proporção do total de provisões em relação ao total de passivos contingentes, visto que empresas que possuem menor proporção de provisões em relação aos passivos contingentes podem estar sujeitas a um maior risco, decorrente da possível classificação incorreta de provisões como passivos contingentes. Os modelos foram estimados através de regressão múltipla para dados em painel com efeitos aleatórios e os resultados sugerem que há uma associação positiva entre o risco contingente e a SUAV1. Não foi encontrada relação significativa entre o IRC e a SUAV2. Os resultados contribuem com os diversos usuários da informação na compreensão da relação entre o risco contingente e o alisamento de resultados.

Palavras-chave: Risco Contingente, Suavização de Resultados, Provisões, Passivos Contingentes.

1. INTRODUÇÃO

A divulgação contábil possui relevância para todos os *stakeholders*, uma vez que os provê informações necessárias para a tomada de decisões, sendo os relatórios financeiros um dos principais meios de comunicação da empresa (Alhazaimeh *et al.*, 2014; Archambault & Archambault, 2003). Dentre as informações divulgadas nesses relatórios, uma das mais utilizadas é o lucro, que propicia um retrato da *performance* da companhia, servindo de parâmetro para a decisão de diversos investidores e credores (Sousa *et al.*, 2020).

Tendo em vista a relevância do lucro para seus diversos usuários, os gestores podem ter incentivos para manipulá-lo, com o propósito de atingirem seus próprios objetivos, utilizando-se da discricionariedade existente nas normas de contabilidade para mascarar a realidade econômica de uma companhia (Sousa *et al.*, 2020; Leuz *et al.*, 2003). Essa manipulação dos resultados é denominada de gerenciamento de resultados.

Uma das modalidades de gerenciamento é a suavização de resultados. Esta é efetuada com maior facilidade em contas cuja mensuração é baseada em estimativas e que podem ser revertidas em períodos subsequentes sem a necessidade de republicação das demonstrações financeiras. Dentre essas contas estão as provisões, que podem ser gerenciadas tanto em seu reconhecimento e reversão, como em sua mensuração (Schmitt, 2019).

Destaca-se que os gestores possuem discricionariedade para classificar a probabilidade de ocorrência de uma obrigação da empresa, que possua prazo e/ou valor incerto (contingência), e considerá-la como uma provisão ou como um passivo contingente. No caso de a contingência

ter sua probabilidade considerada possível, a mesma não é reconhecida no balanço e nem no resultado, mas apenas divulgada em nota explicativa, tratando-se de um passivo contingente.

Por disporem de elevada representatividade sobre o futuro de uma companhia (Poeta, 2012) e requererem apenas a divulgação em notas explicativas, os passivos contingentes são considerados uma ameaça velada (Mesquita *et al.*, 2018), visto que sua conversão em provisões promove efeitos significativamente negativos no desempenho econômico e financeiro reportado nas demonstrações financeiras, configurando um risco contingente, com possibilidade de efeitos sobre as atividades da entidade (Oliveira *et al.*, 2021). Mesquita *et al.*, (2018) e Rosa (2014) confirmaram em seus estudos que a reconfiguração desses passivos poderia impactar o resultado das empresas, bem como seus indicadores econômico-financeiros (Mesquita *et al.*, 2018; Rosa, 2014).

A subjetividade e o julgamento existentes na classificação da probabilidade de ocorrência das provisões e passivos contingentes também abrem margem para um possível gerenciamento. Nesse sentido, alguns estudos observaram indícios da utilização dessas contas para manipular resultados (Ribeiro, 2018; Dani *et al.*, 2017; Favoretto *et al.*, 2017; Ribeiro, 2012). Schmitt (2019) analisou a influência da contabilização de provisões e passivos contingentes nas práticas de suavização de resultados das empresas brasileiras de capital aberto, do segmento Novo Mercado da Brasil, Bolsa e Balcão (B3). Apesar de não ter sido constatada a suavização por meio da constituição ou reversão de provisões em passivos contingentes nesse segmento, o autor sugere uma análise de outros níveis de governança corporativa, bem como a inclusão de outras variáveis na investigação.

Vale ressaltar que o setor é considerado um dos fatores que podem exercer influência sobre a mensuração e evidenciação de valores contingentes (Costa *et al.*, 2017; Baldoíno & Borba, 2015) e ao não considerar essas especificidades, pode-se enviesar os resultados de uma pesquisa. Um setor empresarial que merece destaque no ambiente brasileiro é o de bens industriais, por contemplar segmentos fundamentais à economia do país e por ser um dos maiores em termos de valores de mercado da B3, além de possuir como característica um alto volume de investimentos e uma significativa alavancagem (Bozza, 2021), que pode ser um estímulo à manipulação de resultados (Iudícibus & Lopes, 2004).

Ante o exposto, esta pesquisa será direcionada pela seguinte questão: **Qual a relação entre o risco contingente e a prática de suavização intencional de resultados em empresas brasileiras do setor de bens industriais?** Constitui-se como objetivo geral verificar a relação entre o risco contingente e a prática de suavização intencional de resultados nas empresas brasileiras do setor de bens industriais listadas na B3.

A pesquisa justifica-se pela relevância de se compreender a atuação dos gestores na elaboração das demonstrações financeiras, dada a possibilidade de manipulação intencional das informações que são divulgadas ao mercado, em especial acerca do risco contingente. Isso porque a discricionariedade existente na definição da probabilidade de ocorrência de desembolso relativo às provisões e passivos contingentes pode ser utilizada como ferramenta para ocultar a real situação econômico-financeira de uma empresa. Destaca-se ainda que as provisões e passivos contingentes estão entre os principais assuntos de auditoria (Camargo *et al.*, 2019; Cruz *et al.*, 2019; Santos *et al.*, 2020).

Assim, os resultados desta pesquisa podem colaborar com os diversos usuários da informação na compreensão da relação entre o risco contingente e a suavização de resultados, posto que essa prática pode prejudicar a análise da situação econômico-financeira de uma companhia, uma vez que a classificação e/ou mensuração errônea de provisões e passivos contingentes pode afetar a tomada de decisão (Forte *et al.*, 2021), trazendo impactos negativos

para investidores e credores, além de oferecer riscos à continuidade das atividades da própria empresa.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Suavização de Resultados: contextualização e métricas da referida prática

A literatura aponta três razões principais que induzem ao Gerenciamento de Resultados: atingir termos contratuais ligados aos resultados da entidade, influenciar a percepção dos investidores sobre as expectativas de fluxos de caixa futuros e sobre os riscos da empresa e influenciar as informações disponíveis aos usuários que tenham interesse na força financeira da companhia, como concorrentes ou potenciais concorrentes, clientes, fornecedores, colaboradores, reguladores, grupos de pressão, políticos, etc. (Walker, 2013).

Dentre as modalidades de gerenciamento, cita-se a suavização de resultados, que é considerada uma prática que tem por finalidade reduzir a oscilação dos lucros de uma companhia no decorrer dos anos, porém não se trata de inobservância aos padrões contábeis (Bianchet *et al.*, 2019). Graham *et al.* (2005) a consideram como a modalidade de manipulação mais atrativa para os gestores, uma vez que possibilita demonstrar o negócio mais estável, possibilitando que a companhia seja vista como menos arriscada pelos *stakeholders*.

Eckel (1981) indica que a suavização de resultados possui duas origens: uma natural, ou real e uma artificial ou intencional. A primeira deriva do próprio processo de geração de renda da empresa, enquanto a segunda representa as manipulações contábeis realizadas pela administração. Quando natural, a suavização afeta positivamente a qualidade da informação, pois resulta do próprio regime de competência, mitigando flutuações aleatórias e melhorando a utilidade da decisão (Dechow *et al.*, 2010). Por outro lado, quando intencional, pode prejudicar a qualidade dos demonstrativos financeiros, impactando os custos de transações nos mercados de ações e afetando a eficiência na aplicação de recursos pelos usuários dessas informações (Sousa *et al.* 2020).

Hepworth (1953) foi um dos pioneiros na discussão acerca da suavização de resultados. O autor elenca motivações relacionadas ao fisco, investidores, credores e empregados como fatores que levariam ao alisamento de resultados. Após, Eckel (1981) realizou uma revisão de estudos acerca do tema, apresentando um modelo alternativo para identificar o comportamento de suavização das empresas. O modelo faz uso dos coeficientes de variação percentual do resultado e da receita de vendas de modo a distinguir empresas suavizadoras daquelas não-suavizadoras.

Leuz *et al.* (2003), investigaram a associação da suavização às práticas de manipulação de resultados em diversos países, considerando as características de mercado e observaram uma relação inversa entre o nível de proteção aos investidores minoritários e a manipulação de resultados. Os autores sugerem quatro métricas, sendo duas delas relativas à suavização.

De acordo com o modelo proposto por Leuz *et al.* (2003), a primeira métrica faz uma relação do desvio-padrão do lucro operacional com os fluxos de caixa operacionais, considerando que quanto menor o valor obtido, maior é o grau de suavização. A segunda métrica faz uma correlação entre as variações dos *accruals* e as variações do fluxo de caixa operacional, tendo em vista que a discricionariedade existente nas normas contábeis pode ser utilizada para ocultar impactos nele. Nesta métrica, se o efeito amortecedor dos resultados for muito alto, ou seja, se resultar em valores mais negativos, há indícios de suavização dos lucros.

Mais tarde, Lang *et al.* (2012), examinaram a relação entre a transparência, como *proxy* da suavização de resultados, liquidez do mercado de ações e a avaliação das companhias entre países para apurar se tal relação variava de acordo com as características e o ambiente

econômico nos quais elas estavam inseridas. Para isso, os autores utilizaram-se das duas métricas sugeridas por Leuz *et al.* (2003) e propuseram um modelo explicativo das mesmas, no qual a suavização intencional é capturada por meio dos resíduos da estimação dessas métricas. Por ser um dos mais utilizados nas pesquisas recentes acerca da suavização intencional de resultados (Schmitt, 2019; Limeira *et al.*, 2020; Sousa *et al.*, 2020; Lima *et al.*, 2021), o modelo proposto por Lang *et al.* (2012) foi um dos escolhidos para este estudo.

2.2. Provisões, Passivos Contingentes e Suavização de resultados

A adoção de um modelo contábil orientado por princípios possibilitou ao contador a escolha de critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação para refletir melhor a realidade econômica de uma entidade. Todavia, existe o risco de utilização dessa subjetividade profissional sem boa-fé (Dantas *et al.*, 2010).

Santos e Paulo (2006) explicam que a manipulação dos resultados se origina da existência de critérios alternativos de reconhecimento, mensuração e/ou divulgação presentes no sistema contábil, que oportunizam que os gestores escolham uma das alternativas válidas a fim de reportar informações de maneira mais conveniente.

Entre os itens que possuem maior discricionariedade nas escolhas contábeis destacam-se as provisões e passivos contingentes, visto que possuem estimativas do desfecho financeiro definidas por julgamentos dos gestores da entidade, que classificam a probabilidade de ocorrência dos eventos relativos às contingências em provável, possível e remota.

A Tabela 1 apresenta os procedimentos contábeis necessários para o reconhecimento das provisões e passivos contingentes, conforme apresentado no apêndice A do Pronunciamento Técnico CPC 25ⁱ.

Tabela 1

Tratamento contábil para provisões e passivos contingentes conforme CPC 25

Probabilidade de Ocorrência da saída de Recursos	Há reconhecimento de provisão?	Tratamento contábil
Provável e Estimativa Confiável	Sim	É reconhecida uma provisão
Possível (Ou provável com estimativa não confiável)	Não	É feita a evidenciação de passivo contingente em nota explicativa
Remota	Não	Nem reconhece e nem evidencia em nota explicativa

Fonte: Adaptado do Apêndice A do CPC 25.

Ressalta-se que uma provisão pode ter sua probabilidade de ocorrência modificada de provável para possível ou remota, sendo revertida e possibilitando um aumento no resultado. Da mesma forma, o passivo contingente pode ter sua probabilidade alterada para provável, culminando em uma redução do lucro da companhia e podendo impactar o desempenho econômico-financeiro da empresa.

Como é exigida apenas a evidenciação em notas explicativas para os passivos contingentes, eles são considerados uma ameaça velada, cuja mudança de estimativa e consequente conversão em provisões, além de provocar efeitos nos relatórios financeiros, representam por vezes um risco, podendo afetar até mesmo as atividades da companhia (Mesquita *et al.*, 2018; Rosa, 2014). Esse risco é chamado de Risco Contingente nesta pesquisa.

Nesse contexto, Rosa (2014) investigou o panorama dos passivos contingentes nas empresas não-financeiras brasileiras a partir da reclassificação de cinco cenários (otimista, parcialmente otimista, moderado, parcialmente pessimista e pessimista). Verificou que, exceto para o cenário otimista, haviam evidências dos efeitos dos passivos contingentes no resultado das empresas.

Mesquita *et al.* (2018), por sua vez, buscaram verificar qual o efeito da reconfiguração dos passivos contingentes no desempenho econômico-financeiro das empresas brasileiras do setor de energia elétrica utilizando a metodologia proposta por Rosa (2014). Os achados mostram que, nos piores cenários, o tamanho do efeito foi elevado, principalmente para o ROA e para o Endividamento, o que demonstra os impactos da subjetividade envolvida nas probabilidades de perda das provisões e passivos contingentes.

Mais recentemente, Oliveira *et al.* (2021) analisaram os efeitos econômico-financeiros da reclassificação de passivos contingentes para provisões em instituições bancárias listadas na B3 a partir de uma adaptação da abordagem utilizada por Rosa (2014). Os resultados também demonstraram que a reconfiguração afetaria significativamente o lucro e os indicadores de rentabilidade quando comparados aos valores originais.

No tocante à manipulação de resultados, Ribeiro (2012), investigou a partir da subjetividade trazida pelas IFRS e pela legislação tributária brasileira, se haviam indicativos de gerenciamento por meio de provisões relativas ao contencioso legal. O autor concluiu que, em virtude da complexidade do sistema tributário nacional, havia a probabilidade da ocorrência de manipulação através da constituição ou não de provisões.

Dani *et al.* (2017) examinam se a constituição de provisões para garantia (1), benefícios a empregados (2) e riscos fiscais (3) eram usadas para promover um efeito de *accruals* específicos sobre a prática de gerenciamento. Os achados confirmam a existência de manipulação para os modelos 1 e 2, já o modelo 3 demonstrou baixo poder explicativo.

Favoretto *et al.* (2017) analisaram possíveis sinais da existência de manipulação de resultados através do controle de provisões, baseando-se na Teoria da Agência, a partir de uma amostra com 49 empresas abertas brasileiras. Os resultados apontaram evidências de gerenciamento de lucros através de provisões.

Ribeiro (2018) investigou se haviam indicativos de que os resultados das companhias, antes das provisões previdenciárias, trabalhistas e tributárias, influenciaram nas decisões de reconhecê-las ou não, caracterizando prática de gerenciamento de resultados. Os resultados sugerem que para as empresas estudadas foram verificados indícios da referida prática.

Schmitt (2019) buscou verificar o impacto da contabilização de provisões e passivos contingentes nas práticas de suavização de resultados das empresas brasileiras de capital aberto do segmento Novo Mercado da B3 durante os anos de 2012 a 2017. Concluiu que o alisamento de resultados não acontece por meio da constituição e reversão de provisões. No entanto, sugere a realização de estudos em outros níveis de governança.

Neste estudo, considerando o risco que os passivos contingentes representam no futuro de uma entidade, diferentemente dos trabalhos anteriores, analisa-se não apenas o efeito de provisões específicas sobre a suavização ou se a constituição e/ou reversão de provisões pode influenciá-la, mas busca-se investigar a possível relação entre o Risco Contingente e o alisamento de resultados no setor analisado.

Assim, levando em conta que a manipulação de resultados pode ocorrer para além do uso de *accruals*, a exemplo das provisões, podendo ser utilizados itens fora do balanço, como por exemplo os passivos contingentes (Schmitt, 2019) e que esses se constituem em risco contingente, têm-se as seguintes hipóteses:

H₁: Existe uma relação positiva entre o risco contingente e a suavização intencional geral de resultados.

H₂: Existe uma relação positiva entre o risco contingente e a suavização intencional de resultados por *accruals*.

3. METODOLOGIA

3.1. Dados da Amostra

Os dados econômico-financeiros da pesquisa foram obtidos a partir da base de dados Economatica® e ainda nas Notas Explicativas das companhias analisadas. O universo da pesquisa corresponde às empresas do setor de bens industriais listadas na B3, dado que o mesmo contempla segmentos fundamentais à economia do país, além de ter como característica o alto endividamento (Bozza, 2021), que pode ser um incentivo ao alisamento de resultados (Iudícibus & Lopes, 2004). No entanto, a amostra final correspondeu a 30 empresas, uma vez que foram consideradas apenas as companhias que possuíam todas as informações relacionadas aos modelos utilizados por todo o período da análise, que corresponde aos anos de 2016 a 2020

3.2. Tratamento e Mensuração das Variáveis

Para a obtenção das variáveis dependentes do estudo, que correspondem à suavização intencional geral (SUAV1) e a suavização intencional de resultados por *accruals* (SUAV2), foram calculadas antes duas medidas: a *Smoothing 1* (SMTH1) e *Smoothing 2* (SMTH2), conforme proposto por Lang *et al.* (2012).

A primeira medida (SMTH1) está relacionada à volatilidade do lucro em relação ao fluxo de caixa operacional do período. Para o cálculo desta medida, foi utilizada a adaptação proposta por Sousa *et al.* (2020), onde o desvio-padrão do lucro líquido do período foi empregado. Conforme feito por Lang *et al.* (2012) e Sousa *et al.* (2020), após o cálculo da SMTH1, seu resultado foi multiplicado por -1, para que a medida se tornasse mais intuitiva. Assim, quanto maior o seu valor, maior o nível de suavização geral de resultados. A seguir apresenta-se a Equação 1:

$$SMTH1 = (\sigma_{LL} / \sigma_{FCO}) * -1 \quad (1)$$

Onde:

SMTH1 = Suavização Geral de Resultados

σ_{LL} = Desvio-padrão do lucro líquido do fim do período de 5 anos

σ_{FCO} = Desvio-padrão do fluxo de caixa operacional do fim do período de 5 anos

A segunda medida (SMTH2) é obtida por meio da correlação entre a razão do FCO do final do período e o Ativo Total em relação à razão dos *accruals* totais do final do período e o Ativo Total do final do período. Ainda em conformidade com Lang *et al.* (2012) e Sousa *et al.* (2020), a medida também foi multiplicada por -1, de modo que, quanto maior seu resultado, maior o alisamento de resultados por *accruals*. A Equação 2 demonstra como foi feito o cálculo:

$$SMTH2 = \rho[(FCO / AT), (Accruals / AT)] * -1 \quad (2)$$

Onde:

SMTH2 = Suavização de Resultados por *Accruals*;
FCO = Fluxo de Caixa Operacional do fim do período de 5 anos
AT = Ativo Total do fim do período de 5 anos
Accruals = *Accruals* totais do fim do período de 5 anos

Após realizados os cálculos da SMTH1 e SMTH2, foram utilizados dois modelos econométricos com vistas a obter as suavizações consideradas intencionais, que serão as variáveis dependentes do trabalho, sendo elas as duas medidas de suavização advindas do modelo proposto por Lang *et al.* (2012), onde os resíduos da estimação das variáveis SMTH1 e SMTH2 representam respectivamente a Suavização Intencional Geral de Resultados (SUAV1) e a Suavização Intencional de Resultados por *Accruals* (SUAV2).

Destaca-se que os valores dos referidos resíduos foram convertidos em módulo, sendo que as observações que apresentaram valores negativos foram tornadas positivas e aquelas que eram positivas assim permaneceram. Essa mudança é necessária visto que quanto mais elevada a distância do resíduo com relação à reta da regressão, mais elevado é o nível de alisamento intencional de resultados geral e por *accruals* e isso independe do sinal (Sousa *et al.*, 2020).

A variável de interesse do presente trabalho foi denominada de Índice de Risco Contingente (IRC). Ela baseia-se em três pontos: contas cuja mensuração é feita por meio de estimativas, que podem ser revertidas em períodos futuros sem a necessidade de correção das demonstrações contábeis, a exemplo das provisões, podem ser mais facilmente manipuladas (Schmitt, 2019); os passivos contingentes são tidos como itens discricionários que também têm relevância no que diz respeito à prática de gerenciamento de resultados (Costa, 2013); e por fim, consideramos o risco presente nos passivos contingentes com relação ao futuro das companhias (Rosa, 2014; Mesquita *et al.*, 2018).

Entende-se que, quanto menor a proporção de provisões em relação aos passivos contingentes, maior o risco contingente de uma companhia. Assim, o IRC é obtido por meio da razão entre o total de provisões e o total de passivos contingentes multiplicada por -1, para que a interpretação seja mais intuitiva, indicando que quanto maior o resultado do índice, maior o risco contingente. Desta forma, busca-se através do referido índice analisar a relação do risco contingente e a suavização intencional de resultados.

Foram utilizadas como variáveis de controle no modelo final o Retorno sobre os Ativos – ROA, o Endividamento Geral, *bigfour* e ano, a partir do levantamento na literatura existente relativa às pesquisas sobre suavização de resultados. A Tabela 2 apresenta um resumo das variáveis dependentes, independente e de controle utilizadas nesse estudo.

Tabela 2

Variáveis dependentes, variáveis independentes e variáveis de controle da pesquisa

Variável	Descrição	Operacionalização	Referências
Variáveis Dependentes			
SUAV1	Suavização Intencional Geral de resultados	$SMTH1_{i,t} = \alpha_{it} + \beta_1 TAM_{it} + \beta_2 DÍVIDA_{it} + \beta_3 PL_VM_{it} + \beta_4 DPRECEITA_{it} + \beta_5 \%PREJUÍZO_{it} + \beta_6 CICLO_{it} + \beta_7 CRESCREC_{it} + \beta_8 IMOB_{it} + \beta_9 FLUXO_{it} + \beta_{10} ANO_{it} + \beta_{11} SETOR_{it} + \epsilon_{it}$	Lang <i>et al.</i> (2012)
SUAV2	Suavização Intencional de Resultados por <i>Accruals</i>	$SMTH2_{i,t} = \alpha_{it} + \beta_1 TAM_{it} + \beta_2 DÍVIDA_{it} + \beta_3 PL_VM_{it} + \beta_4 DPRECEITA_{it} + \beta_5 \%PREJUÍZO_{it} + \beta_6 CICLO_{it} + \beta_7 CRESCREC_{it} + \beta_8 IMOB_{it} + \beta_9 FLUXO_{it} + \beta_{10} ANO_{it} + \beta_{11} SETOR_{it} + \epsilon_{it}$	Lang <i>et al.</i> (2012)

Variável de Independente			
IRC	Índice de Risco Contingente	IRC= (Total de Provisões / Total de Passivos Contingentes) *(-1)	Elaboração própria
Variáveis de Controle			
ROA	Retorno do Ativo, obtido pela razão entre o resultado líquido da companhia e seu ativo total.	ROA = Result. Líquido/AT	Lima <i>et al.</i> (2021); Ribeiro <i>et al.</i> (2018)
ENDGER	Endividamento Geral, obtido a partir do quociente entre o montante das exigibilidades e o ativo total.	END = Capital de Terceiros / AT	Ribeiro <i>et al.</i> (2018); Ribeiro e Colauto (2016); Castro e Martinez (2009)
BIG4	Big Four	Dummy que assume 1 quando a companhia é auditada por uma das 4 maiores empresas de auditoria e 0 para as demais situações.	Santana <i>et al.</i> (2014); DeBoskey e Jiang (2012); Almeida e Almeida (2009)
Ano	Ano	Dummy que representa os períodos anuais de 2016 a 2020.	Sousa <i>et al.</i> (2020); Schmitt (2019); Lang <i>et al.</i> (2012)

Fonte: elaborada pelos autores.

3.3. Modelos Propostos para o Teste de Hipótese

Com vistas a responder ao problema de pesquisa, os dados foram analisados a partir da abordagem estatística de dados em painel no período estudado. As equações 3 e 4 descrevem os modelos finais deste estudo:

$$SUAV1_{it} = \beta_0 + \beta_1 IRC_{it} + \beta_2 ROA_{it} + \beta_3 ENDGER_{it} + \beta_4 Big4_{it} + \beta_5 ANO_{it} + \varepsilon_{it} \quad (3)$$

$$SUAV2_{it} = \beta_0 + \beta_1 IRC_{it} + \beta_2 ROA_{it} + \beta_3 ENDGER_{it} + \beta_4 Big4_{it} + \beta_5 ANO_{it} + \varepsilon_{it} \quad (4)$$

Onde:

SUAV1_{it} e SUAV2_{it} = Suavização Intencional Geral de Resultados e Suavização Intencional de resultados por *Accruals*, respectivamente.

IRC = Índice de Risco Contingente;

ROA = Retorno do Ativo;

ENDGER = Endividamento Geral

Big4 = Dummy que assume 1 quando a companhia é auditada por uma das 4 maiores empresas de auditoria e 0 para os demais casos

Ano = Períodos anuais de 2016 a 2020

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Estatística Descritiva

Todas as estimações do estudo foram realizadas por meio do *software* Stata ®16. Na Tabela 3 é apresentada a estatística descritiva das variáveis dos modelos finais desta pesquisa para o período de 2016 a 2020. Ressalta-se que as mesmas foram *winsorizadas* a 1% a fim de atenuar o efeito de *outliers*.

Tabela 3
Estatística Descritiva dos Dados do Modelo

Variáveis	Dados em Painel				
	Média	Desvio-padrão	Mín.	Máx.	Nº de Observações
SUAV1	0.8781	0.7669	0.0116	3.1471	150
SUAV2	0.2515	0.2178	0.0012	0.9401	150
IRC	-2.4611	7.8056	-53.71	-0.0005	150
ROA	-0.0179	0.1515	-0.6470	0.1968	150
ENDGER	0.8700	0.7297	0.1842	4.7665	150

Fonte: dados da pesquisa.

Verifica-se que a variável SUAV1 apresentou valores de média, desvio-padrão, mínimo e máximo (0.8781, 0.7669, 0.0116 e 3.1471), respectivamente, maiores em comparação à SUAV2 (0.2515, 0.2178, 0.0012, 0.9401). Quanto à Rentabilidade do Ativo (ROA), esta equivale, em média, a -0.0179, o que indica que a cada real investido, as companhias estudadas estão tendo prejuízo de aproximadamente dois centavos.

Em se tratando do Endividamento Geral (ENDGER), os resultados demonstram que, na média, 87% dos ativos das companhias são financiados pelo capital de terceiros, o que assinala uma elevada alavancagem financeira no setor. Segundo Iudícibus e Lopes (2004), companhias com alto endividamento são mais inclinadas à manipulação de resultados. Destaca-se que, com relação à variável Big4, observou-se que aproximadamente 73% das companhias estudadas teve sua auditoria realizada por uma das quatro maiores firmas do mundo.

Por fim, quanto ao Índice de Risco Contingente (IRC), variável de interesse deste estudo, observa-se um alto desvio-padrão, que pode ser explicado pelo fato de que há empresas na amostra que reconheceram valores de provisões que correspondem de 0.0005 até mais de 50 vezes o valor dos passivos contingentes no período analisado. Percebe-se ainda que, em média, as empresas da amostra possuem um risco contingente negativo (-2,46), indicando um risco contingente baixo. Ou seja, em média, as companhias do setor reconheceram um valor maior de provisões em relação aos passivos contingentes no período analisado.

4.2. Correlação de Spearman

Foi realizado o teste de correlação de Spearman nas variáveis dos modelos utilizados na pesquisa, com o objetivo de verificar a associação entre elas. A Tabela 4 aponta os resultados encontrados no teste.

Tabela 4
Correlação de Spearman

	SUAV1	SUAV2	IRC	ROA	ENDGER
SUAV1	1.0000				

SUAV2	0.2488***	1.0000			
IRC	-0.1226	0.0187	1.0000		
ROA	-0.1241	-0.0356	0.0017	1.0000	
ENDGER	0.2334***	-0.0449	-0.3403***	-0.3482***	1.0000

Nota: *** Significativo a 1%. ** Significativo a 5%. * Significativo a 10%. Fonte: dados da pesquisa.

Verifica-se que para as variáveis SUAV2 e SUAV1 e para o Endividamento Geral (ENDGER) e a SUAV1, há uma relação positiva com significância a 1%, porém ambas de correlação fraca. Pode-se sugerir, no entanto, que há influência do endividamento geral no tocante à suavização intencional geral de resultados, conforme demonstrado na análise multivariada.

Já para o ENDGER e o Índice de Risco Contingente (IRC) e para ENDGER e Rentabilidade do Ativo (ROA), observa-se uma relação negativa a 1% de significância, também com correlação fraca. Assim, conclui-se que não há multicolineariedade entre as variáveis dos modelos.

4.3. Análise Multivariada

Objetivando-se verificar a possível relação entre o risco contingente e a prática de suavização intencional resultados nas empresas brasileiras do setor de bens industriais listadas na Brasil, Bolsa e Balcão (B3), utilizou-se o modelo de dados em painel, sendo o painel curto e balanceado.

A variável dependente Suavização Intencional Geral de Resultados (SUAV1), está relacionada às decisões operacionais da companhia, bem como aos *accruals*. Assim, trata-se do alisamento intencional de resultados mais geral. Em se tratando da variável dependente Suavização Intencional por *Accruals* (SUAV2), esta está ligada à ideia de que os gestores detêm a possibilidade de utilizar escolhas contábeis para ocultar impactos econômicos, criando reservas discricionárias em tempos de bonança para compensá-las em períodos ruins (Leuz *et al.*, 2003). Todavia, ela capta a manipulação intencional dessas reservas de compensação.

Para identificar qual o modelo de estimação mais adequado para a cada variável (SUAV1 e SUAV2), foram realizados o Teste de Chow, o Teste LM de Breusch-Pagan e o Teste Hausman, que indicaram que o modelo de efeitos aleatórios era o mais pertinente para ambas. Foi realizado ainda o Teste de Wald, que indicou a presença de heterocedasticidade, para a qual empregou-se o comando *robust* no Stata nos dois modelos. Os resultados dos modelos para as variáveis dependentes SUAV1 e SUAV2 estão dispostos na Tabela 5.

Tabela 5

Variável dependente: SUAV1 – Suavização Intencional Geral de Resultados

Equação 3: $SUAV1_{it} = \beta_0 + \beta_1 IRC_{it} + \beta_2 ROA_{it} + \beta_3 ENDGER_{it} + \beta_4 Big4_{it} + \beta_5 ANO_{it} + \varepsilon_{it}$

Equação 4: $SUAV2_{it} = \beta_0 + \beta_1 IRC_{it} + \beta_2 ROA_{it} + \beta_3 ENDGER_{it} + \beta_4 Big4_{it} + \beta_5 ANO_{it} + \varepsilon_{it}$

Coeficiente Estimado (Erro-Padrão)	Equação 3	Equação 4
Constante	0.5705*** (0.1933)	0.3711*** (0.1022)
IRC	0.0137*** (0.0055)	0.0025 (0.0016)

ROA	0.0406 (0.7191)	0.1009 (0.2025)
ENDGer	0.2355** (0.1152)	-0.0350 (0.0337)
<i>Big4</i>	-0.1859 (0.1329)	-0.0241 (0.0776)
ANO 2017	0.4975*** (0.1475)	-0.0726 (0.0602)
ANO 2018	0.3940*** (0.1605)	-0.0917** (0.0452)
ANO 2019	0.3715*** (0.1458)	-0.0541 (0.0619)
ANO 2020	0.0982 (0.1395)	-0.0997* (0.0569)
Adj. R ²	0.1453	0.0390

Nota: *** Significativo a 1%. ** Significativo a 5%. * Significativo a 10%. Fonte: dados da pesquisa.

Na Tabela 5, considerando o modelo da Equação 3, onde a variável dependente é a Suavização Intencional Geral de Resultados (SUAV1), a variável Índice de Risco Contingente (IRC) apresentou-se positiva e estatisticamente significativa a 1%. Nesse sentido, observa-se uma associação positiva entre o risco contingente e suavização intencional geral de resultados, indicando que quanto maior o risco contingente, maior a suavização intencional geral de resultados. Portanto, há evidências estatísticas para se aceitar a hipótese H1 deste estudo.

Tal resultado possibilita compreender melhor a relação entre o risco contingente (*proxy* para o risco do reconhecimento incorreto das provisões e passivos contingentes) e a prática de suavização intencional de resultados. Isso porque o uso oportunista da subjetividade existente na classificação da probabilidade de ocorrência de desembolso relativo às provisões e passivos contingentes por meio da suavização intencional de resultados pode impactar negativamente os diversos usuários da informação contábil.

Nesse sentido, na perspectiva dos investidores, estes podem ser prejudicados porque tomariam decisão de investir em uma companhia considerando indicadores econômico-financeiros, bem como o lucro distorcidos, uma vez que foi evidenciado um passivo contingente quando deveria ter sido reconhecida uma provisão. Ainda sob essa perspectiva, o pagamento de dividendos poderia ser feito a maior do que o devido, prejudicando futuros investidores.

Da mesma forma, credores também podem ser impactados negativamente, dado que poderiam conceder limites maiores de recursos a custos menores do que liberariam diante da ciência da real situação da empresa. Ressalta-se que a suavização intencional de resultados por meio do uso da discricionariedade existente na classificação das provisões e passivos contingentes pode prejudicar a própria companhia. Isso se dá porque ao classificar a probabilidade de desembolso desses itens de forma que não retrate sua realidade, a empresa pode incorrer em consequências que vão desde a falta de credibilidade de seus relatórios financeiros junto a seus usuários até a falência (Rosa, 2014).

O ROA demonstrou um resultado não significativo, ratificando o que foi constatado por Schmitt (2019), que apurou que para amostra estudada, a *performance* captada pela rentabilidade do ativo das companhias não possui relação com a suavização intencional geral de resultados (SUAV1). Por outro lado, o resultado diferencia-se do que foi observado por Lima *et al.* (2021), que concluíram que há uma relação positiva e estatisticamente significativa do ROA com o alisamento intencional geral de resultados.

No que concerne à variável *Big4*, esta também não apresentou p-valor estatisticamente significativo. O resultado corrobora com o estudo de Lima *et al.* (2021), que não verificaram

relação estatisticamente significativa entre a empresa ser auditada por uma das maiores firmas mundiais e a prática de suavização intencional geral de resultados.

Quanto à variável de controle Endividamento Geral, observou-se uma relação positiva estatisticamente significativa a 5%, confirmando o que foi observado no estudo de Castro e Martinez (2009), que verificaram uma associação positiva entre o endividamento e a manipulação de resultados, o que sugere que companhias com alto endividamento estão mais sujeitas a suavizar seus resultados.

Esse comportamento pode ser explicado, por exemplo, pelo fato de que, quanto mais perto uma empresa estiver de violar um limite estabelecido em um *covenant*, mais elevada será a possibilidade de o gestor se utilizar de práticas que elevem seu resultado e/ou diminuam o nível de endividamento, de forma que não haja o descumprimento dessas cláusulas contratuais (Silva & Lopes, 2008). Além disso, os incentivos à manipulação de resultados podem vir ainda anteriormente à captação do empréstimo, com a finalidade de se obter limites maiores de liberação de recursos, bem como custos mais baixos (Castro & Martinez, 2009; Coelho & Lopes, 2007).

No que se refere ao controle por período, observa-se que em 2017, 2018 e 2019 foram significativos a 1% e com coeficientes positivos. Isso implica dizer que ocorreu mais suavização intencional geral de resultados nesses anos do que em 2016, que foi tomado como referência.

No tocante ao modelo da Equação 4, onde a variável dependente é a Suavização Intencional por *Accruals* (SUAV2), o Índice de Risco Contingente (IRC) apresentou-se não significativo, sugerindo que para a amostra, no período estudado, não há relação entre o risco contingente e a suavização intencional de resultados por *accruals*. Assim, rejeita-se a hipótese H2 deste estudo.

Considerando que foi verificada uma relação significativa estatisticamente entre a Suavização Intencional Geral de Resultados e o Índice de Risco Contingente (IRC), diferentemente do que foi verificado para a SUAV2, este achado pode ser explicado tendo em vista que a manipulação de resultados pode ocorrer de duas maneiras: por operações e por *accruals*, sendo que, apesar da possibilidade da utilização em conjunto, as mesmas são utilizadas de forma antagônica (Zang, 2012).

Enquanto a manipulação por operações se dá a partir da alteração da execução de uma determinada transação real que ocorreu durante o exercício, a manipulação por *accruals* é realizada por meio da mudança dos métodos contábeis ou de estimativas empregadas no registro de transações nos relatórios financeiros (Zang, 2012).

Zang (2012) aponta que os gestores fazem um *trade-off* entre os dois métodos. Assim, a escolha entre um e outro vai depender dos custos incorridos em cada um, além do ambiente operacional e contábil no qual a companhia está inserida. Desse modo, Sousa *et al.* (2020) aludem que tal antagonismo faz sentido, dado que a suavização visa alcançar um objetivo específico, seja um lucro maior ou um lucro menor. Logo, se um gestor utiliza mais do método por operações, o método por *accruals* será empregado em um menor nível, e vice-versa, haja vista que o lucro é formado pelo fluxo de caixa somado aos *accruals*.

No tocante ao ROA, também não houve relação estatisticamente significativa, indicando que a rentabilidade do ativo das companhias não está associada à SUAV2. Este resultado confirma o que foi verificado por Schmitt (2019). Na mesma linha, a variável de controle *Big4* também não apresentou resultado estatisticamente significativo em relação à SUAV2. Esse resultado vai ao encontro do que foi observado por Lima *et al.* (2021).

Quanto ao Endividamento Geral, esta variável não apresentou significância estatística em relação à SUAV2. No que se refere à variável de controle ano, 2018 e 2020 se mostraram negativos e significativos a 5% e 10%, respectivamente, apontando para uma menor suavização

intencional de resultados por *accruals* nesses períodos, se comparados ao ano de 2016, que foi tomado como parâmetro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo verificar a relação entre o risco contingente e a prática de suavização intencional de resultados de empresas brasileiras do setor de bens industriais listadas na B3. Os resultados apontam uma relação positiva significativa entre o risco contingente, representado pelo Índice de Risco Contingente (IRC) e a SUAV1, confirmando a hipótese H1 desta pesquisa. Para a SUAV2, que capta a Suavização Intencional de Resultados por *Accruals*, o IRC mostrou-se positivo, mas não significativo, denotando que para as empresas analisadas não há uma relação entre essas variáveis. Assim, rejeitou-se a hipótese H2 do estudo.

Esse resultado pode ser explicado tendo em vista que a manipulação de resultados pode ocorrer de duas maneiras: por operações e por *accruals* (Zang, 2012). Além disso, o lucro é formado pelo fluxo de caixa somado aos *accruals*. Assim, se um gestor utiliza mais do primeiro método, segundo será empregado em um menor nível, e vice-versa (Sousa *et al.*, 2020).

Verificou-se ainda uma associação positiva estatisticamente significativa entre o Endividamento Geral (ENDGer) e a SUAV1. Esse comportamento pode estar ligado ao fato de que em empresas próximas aos limites estabelecidos em *covenants*, gestores podem recorrer a práticas que elevem seus resultados e/ou reduzam seus níveis de endividamento (Castro & Martinez, 2009; Coelho & Lopes, 2007; Silva & Lopes, 2008). Não foi verificada significância estatística entre o Endividamento Geral e a SUAV2. Quanto às variáveis de controle ROA e Big4, estas não apresentaram associação nem com a SUAV1 nem com a SUAV2.

Os resultados deste estudo trazem contribuições no sentido de se compreender melhor a relação entre o risco contingente e a suavização intencional de resultados, já que a classificação e/ou mensuração errônea de provisões e passivos contingentes por meio do alisamento intencional de resultados pode comprometer o poder analítico de investidores e credores acerca da real situação econômico-financeira de uma companhia.

Ressalta-se que a suavização intencional de resultados por meio do uso da discricionariedade existente na classificação das provisões e passivos contingentes pode impactar negativamente a própria companhia. Isso porque, ao classificar a probabilidade de desembolso desses itens de forma que não retrate sua realidade, a empresa pode sofrer consequências que vão desde a falta de credibilidade de seus demonstrativos financeiros junto a seus usuários até a falência (Rosa, 2014). Os resultados deste estudo também são relevantes no contexto dos auditores, dado que as provisões e passivos contingentes estão entre os principais assuntos de auditoria (Camargo *et al.*, 2019; Cruz *et al.*, 2019; Santos *et al.*, 2020).

Por fim, como limitação do estudo, destaca-se o uso de apenas um setor para a análise e a generalização dos achados. Desse modo, sugere-se investigar a relação do risco contingente ampliando-se a amostra, podendo ser utilizados diferentes segmentos listados na B3. Outra possibilidade é separar as empresas em suavizadoras e não-suavizadoras, verificando se naquelas que suavizam existe uma relação do alisamento de resultados com o risco contingente.

REFERÊNCIAS

Alhazaimh, A., Palaniappan, R., & Almsafir, M. (2014). The impact of corporate governance and ownership structure on voluntary disclosure in annual reports among listed

- Jordanian companies. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 129, 341-348. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2014.03.686>
- Almeida, J. E. F., & Almeida, J. C. G. (2009). Auditoria e earnings management: um estudo empírico nas empresas abertas auditadas pelas big four e demais firmas de auditoria. *Revista Contabilidade e Finanças*, 20 (50), 62-74. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772009000200005>
- Archambault, J. J., & Archambault, M. E. (2003). A multinational test of determinants of corporate disclosure. *The International Journal of Accounting*, 38(2), 173-194. [https://doi.org/10.1016/S0020-7063\(03\)00021-9](https://doi.org/10.1016/S0020-7063(03)00021-9)
- Baldoino, E., & Borba, J. A. (2015). Passivos contingentes na bolsa de valores de Nova York: Uma análise comparativa entre as empresas estrangeiras. *Revista De Contabilidade E Organizações*, 9(23), 58-81. <https://doi.org/10.11606/rco.v9i23.68395>
- Bianchet, T. D. A., Mazzioni, S., & de Moura, G. D. (2019). Determinantes da suavização de resultados contábeis em companhias abertas listadas na Bolsa de Valores do Brasil. *Contabilometria*, 6(2).
- Bozza, S. (2021). Empresas listadas na bolsa: setor de bens industriais. Mais Retorno. Recuperado em: <https://maisretorno.com/portal/empresas-listadas-na-bolsa-setor-de-bens-industriais>.
- Camargo, N. S., Rodrigues, F. F., Machado, C. A., & Guerra, M. (2019). Principais Assuntos de Auditoria e os Resultados das Empresas Listadas na IBRX 100. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 16(41), 162-180. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2019v16n41p162>
- Castro, M. A. R., & Martinez, A. L. (2009). Income smoothing, custo de capital de terceiros e estrutura de capital no Brasil. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 10(6), 25-46. <https://doi.org/10.1590/S1678-69712009000600004>
- Coelho, A. C. D., & Lopes, A. B. (2007). Avaliação da prática de gerenciamento de resultados na apuração de lucro por companhias abertas brasileiras conforme seu grau de alavancagem financeira. *Revista De Administração Contemporânea*, 11(spe2), 121-144. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552007000600007>
- Costa, E. B. (2013). Passivos contingentes na bolsa de valores de Nova York: uma análise comparativa entre as empresas estrangeiras (Dissertação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- Costa, I. L. D. S., Correia, T. D. S., Machado, M. R., & Lucena, W. G. L. (2017). Disclosure dos passivos contingentes: análise comparativa entre empresas de mercado aberto no Brasil e na Austrália. *Pensar Contábil*, 19(69).
- Cruz, A. F. A., Nardi, P. C. C., Figueira, L. M., & Silva, R. L. M. (2019). A Relação entre o Novo Relatório do Auditor Independente e o Perfil das Empresas Auditadas e de Auditoria. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 16(40), 3-23. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2019v16n40p3>
- Dani, A. C., Panucci Filho, L., Santos, C. A. D., & Klann, R. C. (2017). Utilização de Provisões para a Prática de Gerenciamento de Resultados em Empresas Brasileiras. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 5(3), 37-56. <https://doi.org/10.18405/recfin201703033>
- Dantas, J. A., Rodrigues, F. F., Niyama, J. K., & Mendes, P. C. de M. (2010). Normatização contábil baseada em princípios ou em regras? : Benefícios, custos, oportunidades e riscos. *Revista De Contabilidade E Organizações*, 4(9), 3-29. <https://doi.org/10.11606/rco.v4i9.34765>

- DeBoskey, D. G., & Jiang, W. (2012). Earnings management and auditor specialization in the post-sox era: An examination of the banking industry. *Journal of Banking & Finance*, 36(2), 613–623. <https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2011.09.007>
- Dechow, P. M., Ge, W., & Schrand, C. (2010). Understanding earnings quality: a review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of Accounting and Economics*, 50(2-3), 344-401. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.09.001>
- Eckel, N. (1981). The income smoothing hypothesis revisited. *Journal of Accounting Finance Asd Business Studies (ABACUS)*, 17(1), 28-40. <https://doi.org/10.1111/j.14676281.1981.tb00099.x>
- Favoretto, A. B., Corrêa, F. P., da Silva, F. L., & Grecco, M. C. P. (2017). O Gerenciamento de Resultados Contábeis e o Controle de Provisões. *Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos (REDECA)*, 4(2), 113-125. <https://doi.org/10.23925/2446-9513.2017v4i2p113-125>
- Forte, H. C., de Azevedo Prudêncio, P., Silva, L. K. S., Ponte, V. M. R., & Guimarães, D. B. (2021). Efeito da divulgação de provisões e passivos contingentes sobre o desempenho de mercado das empresas listadas na B3. *Revista Mineira de Contabilidade*, 22(3), 33-48. <https://doi.org/10.51320/rmc.v22i3.1249>
- Graham, J. R., Harvey, C. R., & Rajgopal, S. (2005). The economic implications of corporate financial reporting. *Journal of accounting and economics*, 40(1-3), 3-73. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2005.01.002>
- Hepworth, S. R. (1953). Smoothing Periodic Income. *The Accounting Review*, 28(1), 32–39.
- Iudícibus, S. & Lopes, A. (2004). *Teoria Avançada da Contabilidade*. São Paulo: Atlas.
- Lang, M., Lins, K. V., & Maffett, M. (2012). Transparency, Liquidity, and Valuation: International Evidence on When Transparency Matters Most. *Journal of Accounting Research*, 50(3), 729–774. <https://doi.org/10.1111/j.1475-679X.2012.00442.x>
- Leuz, C., Nanda, D., & Wysocki, P. D. (2003). Earnings management and investor protection: An international comparison. *Journal of Financial Economics*, 69(3), 505–527. [https://doi.org/10.1016/S0304-405X\(03\)00121-1](https://doi.org/10.1016/S0304-405X(03)00121-1)
- Lima, A. C. S., Dias, C. R., Machado, L. S. & Carmo, C. H. S. (2021). Reporting dos principais assuntos de auditoria: Uma análise a partir da suavização de resultados. In *Anais do 4º Congresso UFU de Contabilidade*, Edição Online.
- Limeira, A. C. G. M. da S., Carmo, C. H. S., Filho, O. P. de M. & Machado, L. de S. (2020). Qual a influência da suavização de resultados na relevância da informação contábil? Evidências no mercado brasileiro. In *Anais do ANPCONT*, Edição Online.
- Mesquita, K. M. P., do Carmo, C. H. S., & Ribeiro, A. M. (2018). Impacto da reconfiguração dos passivos contingentes no desempenho financeiro: Uma análise nas empresas brasileiras do setor de energia elétrica. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 37(1), 91-109. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v37i1.34183>
- Oliveira, L. C. C., Gordiano, C. A. S. G., Soares, M. F. & Cavalcante, D. S. (2021) Efeitos da reconfiguração de passivos contingentes judiciais em provisões em bancos brasileiros. In *Anais do Encontro dos Programas de Pós-Graduação Profissionais em Administração – EMPRAD*, São Paulo, SP.
- Poeta, F. Z. (2012). Julgamento relacionado às contingências: mensuração e análise das expressões verbais de probabilidades relativas ao passivo contingente. 82f. (Dissertação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- Ribeiro, A. de C. (2018). Provisões previdenciárias, trabalhistas e tributárias: gerenciamento de resultados contábeis no Brasil (Tese). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP. <https://doi.org/10.11606/T.96.2018.tde-20042018-144751>

- Ribeiro, A. D. C. (2012). Provisões, contingências e normas contábeis: um estudo de gerenciamento de resultados com contencioso legal no Brasil (Dissertação). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Ribeiro, F., Carneiro, L. M., & Scherer, L. M. (2018). Ciclo de Vida e Suavização de Resultados: Evidências no Mercado de Capitais Brasileiro. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, 21(1), 63-79. http://dx.doi.org/10.21714/1984-3925_2018v21n1a4
- Ribeiro, F., & Colauto, R. D. (2016). A relação entre board interlocking e a suavização de resultados. *Revista Contabilidade & Finanças*, 27(70), 55-66. <http://dx.doi.org/10.1590/1808-057x201501320>
- Rosa, C. A. da. (2014). Panorama e reconfiguração das contingências passivas no Brasil. 112f. (Dissertação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- Santana, A. G., Bezerra, F. A., Teixeira, S. A., & Cunha, P. R. (2014). Auditoria independente e a qualidade da informação na divulgação das demonstrações contábeis: Estudo comparativo entre empresas brasileiras auditadas pelas Big Four e Não Big Four. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 19(3), 70-87.
- Santos, A. dos, & Paulo, E. (2006). Diferimento das perdas cambiais como instrumento de gerenciamento de resultados. *BBR-Brazilian Business Review*, 3(1), 15-31.
- Santos, K. L. D., Guerra, R. B., Marques, V. A., & Júnior, E. M. (2020). Os Principais Assuntos de Auditoria Importam? Uma análise de Sua Associação com o Gerenciamento de Resultados. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 14(1), 56-77. <https://doi.org/10.17524/repec.v14i1.2432>
- Schmitt, M. (2019). Influência das provisões e passivos contingentes na suavização de resultados: uma análise em empresas brasileiras (Dissertação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- Silva, A. H., & Lopes, B. A. (2008). Choice of Accounting Practices in Brazil: An Analysis from the Contractual Covenants Hypothesis Perspective. Available at SSRN 1982514. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1982514>
- Sousa, A. M. de, Ribeiro, A. M., Vicente, E. F. R., & Carmo, C. H. S. do. (2020). Suavização de resultados e comparabilidade dos relatórios financeiros: evidências em empresas abertas do mercado brasileiro. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 14, 164488. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2020.164488>
- Walker, M. (2013). How far can we trust earnings numbers? What research tells us about earnings management. *Accounting and Business Research*, 43(4), 445-481. <https://doi.org/10.1080/00014788.2013.785823>
- Zang, A. Y. (2012). Evidence on the Trade-Off between Real Activities Manipulation and Accrual-Based Earnings Management. *The Accounting Review*, 87(2), 675-703. <http://dx.doi.org/10.2308/accr-10196>

ⁱ Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Brasília: CPC, 2009. Disponível em:

<http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=56>

Acesso em: Fevereiro/2021